

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS (AS) A PARTIR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PLANEJADAS NO TRABALHO FINAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (APERFEIÇOAMENTO) EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POBREZA, O CURRÍCULO E O ENSINO

Tiago da Silva Bezerra¹

¹ Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco de Assis
professortiadasilva.bezerra@gmail.com

Resumo: O artigo científico consistiu num recorte do trabalho final do curso de pós-graduação (latu sensu) em educação, pobreza e desigualdade social ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e tinha enquanto objetivo refletir sobre a formação continuada de professores da educação infantil (Nível IV). Nesse sentido, foi realizada pesquisa qualitativa e exploratória por meio da análise das ações estratégicas que levaram em conta não somente o seu planejamento, como também outras situações inerentes à aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino, aprendizagem, infância, planejamento, reciclagem, cidadania

1. Introdução

O artigo científico considerou a realidade sociocultural do Centro Municipal de Educação Infantil São Francisco de Assis, localizado na cidade de Natal-RN numa região periférica da capital potiguar. Nesse contexto, o objeto de estudo destas ações estratégicas foi o lixo produzido na comunidade Passo da Pátria e utilizado como fonte de renda por meio da reciclagem, pois desencadearam em ações planejadas de caráter estratégico, isto é, o ensino deveria estar aliado ao contexto sociocultural em que os alunos estavam inseridos e a temática ensino, pobreza e currículo escolar foi pertinente no contexto da formação docente. Quanto à justificativa decorreu que articular o tema pesquisado foi de extrema relevância



nesta primeira etapa da educação básica (Nível IV da educação infantil) porque poderia fazer associação com os blocos estudados e com a formação integral destes estudantes. Em se tratando do objetivo, por sua vez, estava relacionado ao fato de refletir sobre a formação continuada de professores no que concerne ao planejamento de práticas pedagógicas ligadas ao correto destino do lixo no sentido de conscientizar e aproximar os alunos da realidade fora do contexto escolar.

2. Revisão bibliográfica

Existem vários estudos científicos sobre a temática ensino, pobreza e currículo escolar no campo da educação escolar formal. Dentro desta perspectiva, segundo Brasil (2018) foram encontrados estudos científicos no Banco de Catálogos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em se tratando disto, a pesquisa levou em conta o quadriênio entre 2018-2021, no entanto ao realizar a consulta online somente foi encontrado no período de 2018.

Convém lembrar que, Arruda e Vieira (2019) de modo geral, abordam sobre a trajetória educacional no que se refere à Constituição de 1934 até a Constituição Federal de 1988 com variadas oscilações em relação ao acesso educacional nas quais foram prescritos avanços e retrocessos. Em termos concretos, a Constituição de 1934 estava prescrita sobre a elaboração e a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como a educação enquanto direito de todos na qual tinha a incumbência da família e dos poderes políticos. Em se tratando da Constituição de 1937 prescrevia que a educação deixava de ser gratuita. Foram acrescentados ainda que, a Constituição de 1946 manteve os aspectos citados no primeiro aparato legal citado, porém ao término do ensino primário, a instrução seguinte seria cobrada por meio de anuidade. É preciso mencionar que no período da Ditadura Militar no Brasil, as reformas educacionais ocorreram nos ensino superior e médio porque objetivavam qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho em virtude do aumento da demanda nestes níveis de ensino. Quanto à Constituição Federal de 1988, por sua vez, tratava de avanços no campo educacional, tais como a educação



enquanto direito, a autonomia nas universidades, entre outros aspectos.

Abordam também sobre as teorias curriculares (tradicionais, críticas e pós-críticas) no que concerne as suas concepções, bem como a questão da pobreza, educação e desigualdade social que consiste numa temática que está sendo estudada há muito tempo. É possível mencionar ainda sobre o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular no que tange a sua elaboração e posterior correções por contrapor alguns aspectos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 e a presença parcial no que dizia respeito à pobreza, educação e desigualdade social estavam concretizadas por meio da proposta pedagógica da cidade de Recife-PE.

.Mostra ainda que a temática abordada é carente de estudos nas regiões Norte e Nordeste e existem muitos estudos científicos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil de acordo com Arruda e Vieira (2019 p. 43). Diante dos dados apresentados, os motivos que acarretaram nesta diferença de interesse por este tema, diziam respeito aos recursos financeiros que proviam de verbas públicas que eram repassados para as instituições responsáveis de forma desigual, bem como o maior interesse da Região Sudeste por este problema de caráter social. Para diminuir esta disparidade social, a educação consiste num dos caminhos para incluir, entre outros. Outra constatação na revisão bibliográfica realizada estava no fato de que a educação brasileira era permeada de ideologias de diversificadas naturezas que atendiam a interesses políticos de governos do século XX. Foram acrescentados ainda que estavam implícitas concepções de homem e sociedade que desencadeavam no acesso a uma parcela da população brasileira ou a todos, por exemplo, dependendo da época tinham implicações no quadro socioeconômico destes indivíduos.

3. Metodologia

Foi realizada pesquisa qualitativa e exploratória que considerou o planejamento inicial. Diante do exposto, foram consideradas duas ações



estratégicas planejadas por meio de sua análise, relacionadas á escrita das vogais e a colagem dos números de zero a dez.

4. Referencial teórico e reflexões das ações estratégicas

Vygotsky (1989, p. 89) afirma que existem dois aspectos essenciais na sua teoria, ou seja, a aprendizagem e o desenvolvimento. Nesse contexto, os alunos tinham o direito de acesso, bem como a permanência na escola em que foi realizada a pesquisa de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 em se tratando Art. 12, Incisos I ao VIII. A reflexão realizada ao término do planejamento seria a articulação entre aprendizagem e a alimentação na qual, considerou aspectos intrinsecamente associados ao bom ou mau rendimento dos alunos, como também a relação entre cérebro e aprendizagem, considerando a escrita das vogais e os números de 0 a 10.

Convém lembrar que Kramer (2007) fala sobre a concepção de infância muda no decorrer do tempo em função de fatores de ordem social, política, econômica e cultural, ao passo que Nascimento (2007) trata de aspectos cuja associação implica em práticas didático-pedagógicas significativas. Dentro desta perspectiva, a educação escolar formal destes alunos tinha relação com este aspecto supracitado. Além disso, a concepção de currículo considerou esta demanda educacional e a integração entre as realidades escolar e extraescolar no desenvolvimento de aulas nas quais, deveriam ser considerado centro da aprendizagem. Em termos concretos, ao término do planejamento foi possível o entendimento de que deveriam ser ressignificadas no tocante ao redimensionamento das práticas pedagógicas de outros anos escolares subsequentes de nível IV da educação infantil porque levou em conta a dimensão sociocultural, bem como desenvolvimento cognitivo, faixa etária, entre outros aspectos.

Martins e Morgano (2010), por sua vez, abordam que o fazer docente e pedagógico deve ser refletido porque o aluno precisa ser considerado sob a perspectiva da integralidade. Pode ser salientado que, cada escola deve adaptar seus currículos em conformidade com a realidade local porque dessa forma, é



possível a integração com os aspectos sociais, políticos, culturais e regionais aos conhecimentos organizados e sistematizados. Concretamente, foi possível refletir sobre a questão da integralidade da criança na qual poderia considerar diversificados eixos no processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo, linguístico, afetivo, conteúdos escolares, entre outros.

Todas estas reflexões serviram de fundamentação teórica para o planejamento de outras práticas didático-pedagógicas. Nesse sentido, elas estavam intimamente associadas ao tema pesquisado, visto que subsidiaram reflexões sobre a formação integral da criança. Além disso, não considerou apenas um eixo da aprendizagem escolar, mas também outros aspectos de extrema importância com seus desafios e expectativas. Todas estas proposições possibilitaram que a questão do correto destino do lixo nesta instituição escolar efetivamente decorreu para sua conscientização e a abordagem da realidade ao entorno dela através tríade relação estudada e pesquisada.

5. Considerações finais

A partir do que foi abordado ficou entendido que a formação do professorado no nível IV da educação infantil deveria considerar aspectos internos e externos a escola. Diante da situação apresentada decorreu que existiu a possibilidade de entender que o objetivo foi alcançado, todavia poderia ter existido um momento de formação com a professora. Isso se constituiu num aspecto que poderia ser refletido, tendo em vista que as contribuições profissionais dela exerceriam um papel essencial neste processo de socialização de suas experiências e vivências educacionais. Quanto às dificuldades, por sua vez, poderiam ser pelo fato de os horários não serem apropriados para ambos os sujeitos envolvidos neste processo.

Referências



ARRUDA, Ana Lúcia Borba de; VIEIRA, Glauciane da Silva. Educação, Pobreza e Desigualdade Social na BNCC e na Proposta Curricular da Cidade do Recife. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 10, p. 35-50, 2019. Jul/dez 2019.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**: Catálogo de Teses. 2018. Acesso em: 19 fev 2021. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 19 fev 2021.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In:_____ BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica 2ª ed. 2007, p. 13-22.

MARTINS, Maria José e MORGANO. Maria João D. A educação para a cidadania no século XXI **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 33 p. 185-202 2010.

NASCIMENTO Analise Monteiro. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental, In:_____ BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica 2ª ed. 2007. p. 25-32.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. In:_____ **A interação entre aprendizagem e desenvolvimento**. São Paulo: Martins Fontes, p. 89-103, 1989.